

Ireni Santana dos Santos Martins

## **LIBERALISMO - NEOLIBERALISMO**

Rubiataba, novembro de 2002.

Ireni Santana dos Santos Martins



## LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO

Monografia apresentada como exigência para conclusão do Curso de Filosofia da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, sob a Orientação do Professor Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos.

Rubiataba, novembro de 2002.

*Davi* - 30775  
Tombo n°. 7352  
Classif.: .....  
Ex.: 1 .....  
Origem: *d* .....  
Data: 27.05.03 .....

Esta Monografia é dedicada ao  
Maior ser de todo o Universo: Deus.  
E também dedico ao meu Professor  
Orientador Paulo Henrique, a meu  
esposo e meus pais, pelo apoio  
incondicional nesta jornada da  
escalada do saber.

## **AGRADECIMENTOS**

Aquele que faz com poder inigualável do seu amor, transbordar nossos corações com uma única palavra – Deus.

Em algumas situações é difícil estabelecer a partir de quando relacionar nomes de pessoas a quem somos gratos. A dificuldade torna-se mais evidente quando se trata da elaboração de um Projeto Monográfico. É um processo longo, um somatório das mais variadas contribuições em que muitas pessoas participam de forma direta e indireta. Tentar relacioná-las nesse momento é atestar nossa imperfeição mental. Quero aqui fazer uma menção especial a algumas pessoas.

Uma delas é o professor orientador Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos, que prestou valiosa contribuição com suas sugestões e críticas ao texto.

Em especial, gostaria de agradecer a meu esposo e meus pais, por terem contribuído de forma ímpar, por ter mantido sempre o mesmo sorriso e disposição.

Sou muito grata a todos que direta ou indiretamente, me apoiaram sem os quais não poderia estar contabilizando em meu conhecimento, o capital intelectual adquirido.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
<b>CAPÍTULO I</b>	
O ILUMINISMO E O LIBERALISMO.....	08
1.1. Origens.....	08
1.2. O Liberalismo.....	09
1.3. O Pensamento Liberal.....	09
1.4. Adam Smith.....	11
1.5. Característica do Liberalismo.....	11
1.6. O Liberalismo Democrático.....	13
<b>CAPÍTULO II</b>	
NEOLIBERALISMO.....	17
2.1. Alguns Conceitos de Neoliberalismo.....	18
<b>CAPÍTULO III</b>	
NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	21
CONCLUSÃO.....	23
BIBLIOGRAFIA.....	24

## INTRODUÇÃO

O Neoliberalismo para muitos é apenas um jogo político e uma maneira de dominação de classe adequando-se ao meio econômico, social com uma ideologia contemporânea.

O Neoliberalismo por sua vez, necessita de um mercado consumidor de manufaturados e fornecedores de matéria-prima, além de as grandes potências buscarem no país de terceiro mundo a colocação de seus excedentes como novas áreas de investimentos de capitais.

Esta intervenção ocorreu principalmente na África e na Ásia e alguns países das Américas do Sul e Central motivado pelo capitalismo industrial e financeiro, sendo as empresas burguesas e não Estado seu principal agente e beneficiário, mas este modelo ocorreu várias transformações.

A crise econômica pós-guerra, o mundo capitalista avançou e caiu numa grande recessão, a taxa de crescimento muito baixa, a alta da taxa de inflação com isso mudou as idéias neoliberais, combateram o poder dos sindicatos do movimento operário em favor dos salários e sobre o Estado, que aumentava os gastos sociais. Com isso o lucro das empresas abaixaram provocando um processo inflacionário surgindo assim a crise de mercado. A solução aparentemente encontrada foi o rompimento do poder dos sindicatos e dos gastos sociais com objetivo da estabilidade monetária. Nesse sentido o Neoliberalismo surgiu um fonte de reação teórica e política contra o Estado.

O Iluminismo e o Liberalismo teve um papel destaque no crescimento da sociedade burguesa. Muitos intelectuais começaram a criticar o antigo regime anunciando um novo Estado, novas instituições e também novos valores, que estão de acordo novo progresso e também novos valores, que estão de acordo com novo progresso econômico, científica e cultural que começava a florir.

A base do Liberalismo, que surgiu com o Iluminismo, contestavam o mercantilismo e defendiam os princípios: burguês, propriedade privada, individualismo econômico, liberdade de comércio e de produção, respeito às leis naturais da economia, liberdade de contrato de trabalho salário e jornada sem controle do Estado ou pressão dos sindicatos.

O Neoliberalismo surgiu pela primeira vez em 1947. Com encontro de vários intelectuais conservadores que formaram uma sociedade de ativistas. Os Estados Unidos foi o percurso e concentrou-se na chamada "Escola de Chicago".

O Neoliberalismo é uma doutrina dinâmica tanto tecnológica e financeira do mercado dando ênfase a mudanças institucionais e estruturais em curso no capitalismo. E é um fenômeno mundial, modificando posições políticas, na economia estatal com o objetivo de atingir benefícios previdenciários.

O Neoliberalismo no Brasil foi de grande importância implantado na época de grandes conflitos com a ditadura militar, os trabalhadores lutando por melhores condições de trabalho, e a industrialização brasileira se processou logo após a primeira grande guerra, que já contava com uma razoável indústria de bens de consumo não duráveis. As altas taxas de juros, a redução de gastos do governo dificultam o crescimento, e o investimento sobretudo das empresas, essencialmente dependiam de crédito. De modo geral a renda per-capita dentro de regiões dentro de regiões a qual população só cresce se a renda estiver de acordo com movimentação do capital mau distribuído entre a sociedade brasileira.

O Neoliberalismo desenvolveu-se um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, constituindo a teoria política-econômica, pois sua aplicação virou bandeira política dos centros capitalistas avançados aliados às elites econômicas do resto do mundo nos anos 80 e 90.

## CAPITULO I

### O ILUMINISMO E O LIBERALISMO

#### 1.1. Origens

Pode-se verificar que a origem do Liberalismo e do Iluminismo foi nos séculos XVII e XVIII, no período áureo do Estado Absolutista, o desenvolvimento e o crescimento da sociedade burguesa esbarraram nos entraves remanescentes do mundo feudal o antigo regime. As teorias políticas de Maquiavel e Bossuet justificavam um Estado que se mostrava cada vez mais avesso ao dinamismo capitalista. Vários intelectuais passaram a criticar o antigo regime, anunciando um mundo contemporâneo, um novo Estado, novas instituições, novos valores, condizentes com o progresso econômico, científico e cultural em andamento.

Na segunda metade do século XVIII esses valores estruturariam os fundamentos teóricos que levariam à eclosão da Revolução Industrial, da independência dos Estados Unidos e, posteriormente, da Revolução Francesa, acontecimentos que marcaram o início do mundo contemporâneo.

O movimento que arquitetou as idéias que derrubaram o Antigo Regime e era denominado iluminismo, e os precursores foram René Descartes e Isaac Newton, que lançaram as bases do racionalismo e do mecanicismo.

Descartes defendeu a universalidade da razão como o único caminho para conhecimento; já Newton, com o princípio da gravidade universal, contribuiu para reforçar o fundamento de que o universo é governado por leis físicas e não submetido a interferências do cunho divino.

John Locke transferiu o racionalismo para a política, para a análise social, a partir da crítica e da razão e formulou a concepção da bondade natural humana e sua capacidade de construir a própria felicidade, idéias que confrontavam com as bases teóricas do Estado absolutista .

A volta à crença na capacidade racional humana e a necessidade de superação dos entraves tradicionais incentivaram a oposição à velha ordem. O

anseio por liberdade e pelo rompimento com o Antigo Regime fizeram dos grandes pensadores desse período os responsáveis pelo “Século das Luzes”.

## 1.2. O Liberalismo

O termo liberalismo deriva do latim liberal e significa , nobre, livre. Surgiu na Europa por volta do século XVII e XVIII e, ao lado da técnica científica, trouxe mudanças radicais no mundo daquela época. Na vida diária, o uso do conceito liberal é bastante equívoco, podendo ter inúmeros significados. Assim, um adolescente diz ter “pais liberais” quando tem a chave da casa e do carro, quer dizer que seus passos não são regulados com rigor excessivos, da mesma maneira, numa “escola liberal”, diferentemente das escolas tradicionais, a disciplina é menos rígida e são oferecidas maiores espaços de discussão e reivindicação. Em ambos os exemplos a atitude considerada “liberal” se refere às condições de abertura e tolerância.

Usa-se também a expressão de “profissional liberal” para designar a atividade de médicos, dentistas, advogados, classificação esta que lembra a antiga medida em que estavam desobrigados das atividades, poderia se ocupar com as “artes liberais”.

Convém deixar de lado estes significados da palavra liberal. O liberalismo é teoria política e econômica que surge a partir do século XVII, culminado com as revoluções burguesas, a Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688, e a Revolução Francesa, em 1789. Houve grandes dificuldades para definir um movimento tão complexo e que assumiu características diferentes no desenrolar do tempo. Na verdade seria mais correto falar em liberalismos. Os principais teóricos do liberalismo econômico são Adam Smith e David Ricardo. Os representantes do liberalismo político são, entre outros: Locke, Montesquieu, Kant, Humboldt, Benjamim Constant, Stuart Mill, Tocqueville.

## 1.3. O Pensamento Liberal

Foi John Locke um dos principais representantes da revolução ideológica iluminista e teve como principal obra o *Segundo Tratado do Governo Civil*. Como

pode-se verificar para ele, contemporâneo da revolução gloriosa, os homens possuem a vida, a liberdade e a propriedade como direitos, naturais. Para preservar esses direitos, deixaram o “Estado de Natureza” e estabeleceram um contrato entre si, criando o governo e a sociedade civil. Assim, os governos teriam por finalidade respeitar os direitos naturais e, caso não fizessem, caberia à sociedade civil o direito de rebelião contra o governo tirânico. Em resumo, demolia-se o sustentáculo do Estado Absolutista, intocável e acima da sociedade civil, como defenderam Maquiavel, Bossuet e principalmente Hobbes. Segundo John Locke, a passagem de natureza para o estado de sociedade teoricamente demoliu o caráter intocável do Estado, explicando-o como produto de um “contrato social” entre homens para o progresso e para o desenvolvimento.

*“Mas, se o Estado natural não é o inferno de Hobbes, se nele reinam tantas gentileza e benevolência, mal compreendida por que os homens, gozando de tantas vantagens, dele se despojaram voluntariamente. Sim, diz-nos em substância Locke, respondendo à objeção os homens estavam bem, no estado de natureza; entretanto, achavam-se expostos a certos inconvenientes que, acima de tudo, ameaçavam agravar-se. E, se preferiram o estado de sociedade, foi para estarem melhor”<sup>1</sup>.*

*Para Locke, “(...) ao governante não lhe caberia jamais o direito de destruir, de escravizar, ou de empobrecer propositalmente qualquer súdito; as obrigações das leis naturais não cessam, de maneira alguma, na sociedade; torna-se até mais fortes em muitos casos”<sup>2</sup>.*

Já no *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, definiu sua filosofia, afirmando que “o espírito humano é um uma tábua rasa e que todo o conhecimento se faz com a própria capacidade intelectual do homem e se desenvolve mediante sua atividade” o filósofo negava assim o direito dos governantes do autoritarismo e a aplicação do direito divino, além de outras prerrogativas fundamentais nos preconceitos de sua obra. Locke definiu as bases da democracia liberal individualista, que serviria de referência para a elaboração da Constituição dos Estados Unidos.

<sup>1</sup> CHEVALIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel*. p. 107.

<sup>2</sup> VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. p. 236.

#### 1.4. Adam Smith

Preocupou-se em sistematizar a análise econômica com a demonstração e a elaboração de leis, fundando, assim, a economia moderna, vista agora como ciência. Como os fisiocratas condenavam o mercantilismo, por considerá-lo um entrave lesivo a toda ordem econômica, alegava-se que, com a concorrência, a divisão do trabalho e o livre comércio, se alcançariam a harmonia e a justiça social. Ao contrário dos fisiocratas, Smith entretanto considerava o trabalho e não a terra, a fonte de toda a riqueza. Suas propostas ficariam conhecidas como liberalismo econômico, e sua obra, *Riqueza das Nações*, constitui o baluarte e a cartilha do capitalismo liberal.

#### 1.5. Características do Liberalismo

As teorias liberais defendem o Estado Laico, recusando a intervenção da igreja nas questões políticas. defendem a economia de mercado, segundo a qual existe um equilíbrio natural decorrente da lei da oferta e da procura, o que reduz a necessidade de intervenções (Teoria do Estado Mínimo). A economia de mercado supõe ainda a defesa da propriedade privada dos bens de produção e a garantia de funcionamento da economia a partir do princípio do lucro e da livre iniciativa, o que valoriza o espírito empreendedor e competitivo.

Desde o início, o liberalismo defende a existência do Estado Laico e não intervencionista porque não se identificam com nenhuma confissão religiosa nem deseja qualquer interferência da igreja nos assuntos políticos. Em contrapartida o Estado também não deve interferir nas crenças pessoais, fazendo prevalecer o ideal da tolerância depois das sangrentas guerras religiosas do século XVI.

Estado não-intervencionista, porque critica o controle que as monarquias absolutistas exerciam sobre a economia, cuja expressão era o monopólio estatal típico do mercantilismo. Tais alterações provocam a nítida separação entre o público e o privado, ou seja, entre os assuntos do Estado que deve se ocupar com a política, isto é, com questões da esfera pública e os da sociedade civil, setor das atividades particulares, sobretudo econômicas.

Ao mesmo tempo, são criadas instituições para que os cidadãos possam ter voz ativa nas decisões. Daí o fortalecimento do parlamento, órgão por excelência de representação das forças atuante da sociedade e capaz de inibir os excessos do poder central. A defesa da origem parlamentar do poder significa a superação das antigas teorias e que em Deus, ou da tradição familiar, já que o voto significa o livre consentimento do cidadão. Para manter a ordem e fundamental o equilíbrio dos três poderes - o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, tese desenvolvida pela primeira vez por Montesquieu.

As alterações nas instituições constituem passo significativo para superar o poder absoluto em direção a democracia e transformar o súdito em cidadão. Mas é preciso não esquecer que, por muito tempo o liberalismo continua sendo uma concepção elitista do poder, já que só os proprietários são considerados cidadãos totais, com direito ao voto e a representação. Apenas recentemente conquistou-se o sufrágio universal, o que também não significa por si só garantia para se evitarem os privilégios.

A consciência liberal também foi marcada pela valorização do princípio da legalidade: as diversas Declarações de Direitos proclamam a igualdade perante a lei; institui-se o *habeas corpus* a fim de evitar prisões arbitrárias; teóricos como o italiano César Beccaria defendem o abrandamento das penas cruéis.

Alem disso, as Declarações de Direitos exigem garantia das liberdades individuais de pensamento, crença, expressão, reunião e ação, desde que não sejam prejudicados os direitos de outros cidadãos. Deriva daí a concepção tradicional de liberdade, segundo a qual "a liberdade de cada um vai até onde o permite a liberdade do outro". Trata-se do fundamento individualista típico do pensamento burguês: a lógica do mercado é que, se cada um desenvolver bem o seu trabalho, haverá natural seleção dos melhores, que forma são as elites de cuja capacidade empreendedora resultarão benefício para o todo social.

O liberalismo surge com o desenvolvimento do capitalismo comercial e se expande após a Revolução Industrial, no século XVIII, com a implantação do sistema fabril e o aumento da produção, onde as relações de trabalho se tornam cada vez mais complexas. A partir de 1870, o antigo capitalismo liberal se ajusta em novas formas de capitalismo de monopólios com a formação de grandes trustes<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Truste – são grandes companhias que absorvem seus concorrentes ou estabelecem acordos entre si, monopolizando a produção de certas mercadorias, determinando seus preços e dominando o mercado; consiste, portanto, num domínio vertical da produção.

## 1.6 O Liberalismo Democrático

As cidades crescem, surgem as ferrovias e o navio a vapor. O maquinismo intensifica o otimismo fundado na crença do progresso e na valorização do poder humano. Mas no século XIX é cruel o contraste entre riqueza e pobreza: a jornada de trabalho é de catorze a dezesseis horas, sendo usada inclusive mão-de-obra infantil e feminina com salários mais baixos. A classe dos proletários se organiza em sindicatos e surgem as teorias socialistas e anarquistas que denunciam as contradições do sistema.

Para enfrentar os problemas a teoria liberal se adapta às novas exigências, em parte para evitar que as massas sejam de todo seduzidas pelo ideal socialista. Surge então o liberalismo democrático, cujo discurso dá ênfase a igualdade social e a necessidade de alteração das precárias condições de vida das massas oprimidas.

John Stuart Mill, um dos representantes dessa tendência, sugere a co-participação e representação proporcional na indústria. Foi também vigoroso defensor da liberdade de expressão e do direito de voto para as mulheres.

Com a intervenção estatal aos poucos começa a se configurar a tendência intervencionista do Estado, visando a solução dos problemas sociais do trabalhador como: seguro da saúde, aposentadoria, seguro desemprego. Isto significa uma reversão das expectativas iniciais, quando se exigia a separação entre Estado e sociedade civil. A crise de 1929, decorrente da "quebra" da bolsa de Nova Iorque, provoca sérias conseqüências econômicas em todos os países da América e da Europa, as falências rompem o equilíbrio econômico, e altas taxas de inflação e desemprego aumentam as tensões sociais e diminuem a confiança no sistema.

Diante da crise, são diferentes as respostas dadas pelas nações. A Itália e a Alemanha passam pelas experiências totalitárias do fascismo e do nazismo, enquanto nos Estados Unidos e Inglaterra os governos promovem rigorosos ajustes, desenvolvendo o Estado de bem-estar social. Na Inglaterra, o principal teórico da planificação estatal da economia é o filósofo e economista Keynes.

Nos Estados Unidos, o presidente Roosevelt implanta o programa conhecido como New Deal, segundo o qual o estado se torna o principal agente do reativamento econômico, sem no entanto sucumbir a tentação totalitária. A construção de grandes obras públicas ajuda a aumentar a taxa de emprego, são

concedidos créditos para as empresas além de serem adotadas inúmeras medidas assistenciais de atendimento aos trabalhadores (doença, desemprego, invalidez, maternidade, velhice, aposentadoria).

No Neoliberalismo a partir da década de 60, o estado do bem-estar social mostra sinais de desgaste, seja pelas críticas a intervenção de Estado, seja porque as despesas governamentais tendem a aumentar além do arrecadado, provocando a crise fiscal e conseqüentemente o aumento do déficit público, da inflação e da instabilidade social.

Na década de 80 os governos de Reagan nos EUA e Margareth Thatcher na Inglaterra são indicadores dessa reorientação neoliberal, que tende a desinvestir o Estado das funções assumidas ao longo deste século. É por isso que ainda se encontram no centro do debate questões como a privatização de setores tão diferentes como universidade, prisões, serviço de aposentadoria, e também de empresas estatais que, no Brasil por exemplo, eram até pouco tempo consideradas intocáveis, como as de refinamento de petróleo e de siderurgia.

Surgiram várias críticas ao modelo liberal refletindo sobre mudanças que se processaram a partir da sua implantação, pode-se observar que, se por um lado houve um desenvolvimento científico e tecnológico nunca visto na história da humanidade, por outro lado não foram resolvidos os grandes problemas sociais criados pelo modo de produção capitalista.

Talvez não seja esse o ponto de vista dos que analisam os efeitos do capitalismo a partir do exemplo de dez ou onze nações capitalistas bem sucedidas em todo o globo. Mas é bom não esquecer que nos poucos países onde a situação dos trabalhadores atingiu níveis razoáveis de bem estar, isto foi conseguido mediante pressões de naturezas diversas, desde as forças sindicais inspiradas pelas teorias socialistas, até as lutas dos grupos minoritários, como o movimento feminista, da juventude, dos negros ou os grupos ecológicos. Pressões de tão diferentes naturezas que tem obrigado o liberalismo a mudar.

No entanto, trata se de apenas uma das faces que não deve colocar na sombra a realidade mais dura dos países capitalistas de Terceiro Mundo como o Brasil, onde não existe equilíbrio na distribuição de renda e onde, portanto, a maioria da população não tem acesso aos bens sociais. Índices gravíssimos de analfabetismo, desnutrição, mortalidade infantil, problemas de moradia não podem ser entendidos como simples incapacidade de cada país em enfrentar seus próprios

desafios. Ao contrário, a situação dos países de Terceiro Mundo, deve ser compreendida na lógica de sua relação com os países desenvolvidos que aí instalam indústrias utilizando mão de obra barata, daí retiram a baixos preços a matéria-prima de que necessitam, e aí encontram o mercado consumidor dos seus produtos. Não se trata de novidade a íntima relação entre países desenvolvidos e países de Terceiro Mundo. A expansão do capitalismo, bem como a superação de suas crises, sempre foi marcada pela criação de laços de dependência, tais como a colonização da América do século XVI ao XVIII, o imperialismo na África e na Ásia e, mais recentemente a imolação das multinacionais nos países não desenvolvidos. Além disso, a dívida externa transforma os países do Terceiro Mundo em eternos devedores dos Bancos Internacionais que condicionam decisões políticas e vigiam o “bom comportamento” de seus tutelados.

Mesmo nos países bem sucedidos, as seguidas crises do modelo liberal em que ora predomina a livre iniciativa, ora se faz necessária a intervenção do Estado, demonstram que a verdadeira democracia ainda não foi implantada. Afinal, a “pedra de toque” do liberalismo é a livre iniciativa, mas, toda vez que ele é deixada na sua própria lógica, as injustiças sociais precisam ser corrigidas pelo Estado. E isto, sabe-se, constitui uma contradição, tendo em vista o ideal liberal do “Estado-mínimo”.

Examinadas as questões sociais e econômicas, resta abordar o aspecto político. Pode-se ver que no início o liberalismo era elitista (só podia votar ou ser votado aquele que possuía propriedades), e que só mais tarde o liberalismo se tornou mais democrático, com o sufrágio universal. Mesmo assim, permanecem difíceis as condições de verdadeira representatividade dos diversos setores da sociedade civil, sobretudo dos trabalhadores.

O grande desafio para o modelo liberal consiste na superação da democracia puramente formal para a instauração da democracia substancial. Liberalismo é um conjunto de idéias, teoria e/ou doutrinas que objetivam garantir a liberdade individual nos campos político, econômico, filosófico, moral e religioso, dentro da sociedade. Liberdade no sentido de ausência de coerção do grupo ou Estado e de todas as formas de opressão consideradas injustas ou injustificáveis. O liberalismo preconiza o aumento e difusão, ao máximo, do bem-estar individual e coletivo, não aceitando limitações por prejuízos. Propõe a melhor utilização do valor da pessoa humana, visando não só ao benefício pessoal, como ao da sociedade.

O liberalismo pode ser considerado a doutrina da escola ortodoxa em economia, apresentando como uma alternativa de moderação diante das posições pragmáticas dos radicais, conservadores e reacionários. Assumiu os aspectos extremos no século passado ao atribuir à sociedade todas as condições para o pleno exercício da liberdade individual. Não pode, entretanto, interferir no processo econômico, mas somente garantir a observância dos contratos de serviços necessários ao bom andamento das atividades econômicas. Foi contrário ao Estatismo e Socialismo. Propiciou a exploração dos fracos pelos fortes. O termo abrange várias concepções:

- ✓ O *Liberalismo Político* – Teoria empregada na Espanha para se opor ao autoritarismo, semelhante ao adotado pelo Parlamentarismo Inglês (1810). Propunha aumentar a independência dos Poderes Legislativo e Judiciário e estabelecer a liberdade política do indivíduo em relação ao Estado, preconizando oportunidades para todos;
- ✓ *Liberalismo Econômico* – Doutrina segundo a qual, para os fenômenos econômicos, existe uma ordem natural, cuja tendência visa o equilíbrio livre do jogo de concorrência e de Não-interferência do Estado. Este não deve exercer funções industriais ou comerciais nem interferir nas relações econômicas entre pessoas, classes e nações, aconselha a competição totalmente livre;
- ✓ *Liberalismo Filosófico*: Doutrina que difunde a liberdade de pensamentos, o que levou ao surgimento do movimento livre-pensador do século XIX;
- ✓ *Liberalismo Religioso* – enquanto experiência religiosa do cristianismo, é totalmente favorável ao desenvolvimento da pessoa humana.

## CAPÍTULO II

### NEOLIBERALISMO

Toda e qualquer doutrina deve ser entendida como resultado de uma oposição. Ele estrutura-se para combater algum princípio que desagrade ao mesmo tempo em que procura oferecer-lhe uma alternativa. Com o Neoliberalismo não foi diferente, suas raízes teóricas mais remotas encontram-se na chamada Escola Austríaca – reconhecida por sua ortodoxia no campo do pensamento econômico que centralizou-se em torno do catedrático da Faculdade de Economia de Viena, Leopold Von Wiese na segunda metade do século XIX e que ficou conhecido por seus trabalhos teóricos sobre a estabilidade da moeda especialmente o publicado com o título de “O Valor Natural” em 1889.

Mais recente, o Neoliberalismo surgiu pela primeira vez em 1947, com o célebre encontro entre o grupo de intelectuais conservadores em Mont Pelier, na Suíça, onde formaram uma sociedade de ativistas para combater as políticas do Estado de bem-estar social. Essas políticas tiveram início em 1942 com a publicação na Inglaterra do Relatório Benveridge. Segundo ele, depois de vencida a guerra, a política inglesa deveria se inclinar doravante para uma programação de aberta distribuição de renda, baseada no tripé da educação, a Lei do Seguro Nacional e a Lei do Serviço Nacional de Saúde (associadas aos nomes de Butler, Beveridge e Beva). A defesa desses programas tornou-se a bandeira com a qual o Partido Trabalhista Inglês venceu as eleições de 1945, colocando em prática os princípios do Estado de bem-estar social.

A outra vertente do Neoliberalismo surgiu nos Estados Unidos e concentrou-se na chamada “Escola de Chicago” do professor Milton Friedman. Combatia a política de New Deal do Presidente F. D. Roosevelt, por ser intervencionista e pró-sindicatos. Friedman era contra qualquer regulamentação que inibisse as empresas e condenava até o salário mínimo na medida em que alterava artificialmente o valor de mão-de-obra pouco qualificada. Também opunha-se a

qualquer piso salarial fixado pelas categorias sindicais, pois segundo ele terminavam por adular os custos produtivos, gerando alta de preços e inflação.

O primeiro governo ocidental democrático a inspirar-se em tais princípios foi o da senhora Thatcher na Inglaterra, a partir de 1980. Enfrentou os sindicatos. Fez aprovar leis que lhes limitassem a atividade, privatizou empresas estatais, afrouxou a carga tributária sobre os ricos e sobre as empresas e estabilizou a moeda. O "Governo Conservador" de Margareth Thatcher, serviu de modelo para todas as políticas que se seguiram posteriormente no mesmo roteiro.

A hegemonia do Neoliberalismo, hoje é tamanha que países de tradições completamente diferentes governados por partidos os mais diversos possíveis, aplicam a mesma doutrina.

Pode-se verificar que depois que ocorreu a dissolução da União Soviética selou-se o insucesso das economias centralizadas, a expressão "Neoliberalismo" passou a ser amplamente usada pelos meios de comunicação. Ela não se vincula, porém, a uma ideologia sistematicamente definida, mas é aplicada a posições ou situações de esquerda ou direita, mais Progressistas ou mais Conservadoras.

## 2.1. Alguns Conceitos do Neoliberalismo

Para *Emir Sader*<sup>4</sup>, o Neoliberalismo caracteriza-se como um modelo hegemônico, ou seja, "uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas".

Segundo *Giovan Therborn*<sup>5</sup>, o Neoliberalismo "é uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação vinculada do capitalismo. É uma doutrina conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e competição". O Neoliberalismo enfatiza as mudanças institucionais e estruturais em curso no capitalismo.

Para *Antony Giddens*<sup>6</sup> "O Neoliberalismo dá início a processos radicais de mudança, estimulado pela incessante expansão de mercado".

---

<sup>4</sup> LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral*. p. 335.

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> *Idem*.

*Anderson*<sup>7</sup> afirma que o Neoliberalismo, como doutrina teórica, “valoriza sistematicamente o papel do mercado às custas do Estado e também das grandes empresas”. Para ele, a doutrina neoliberal nunca foi implantada de forma integral por qualquer governo. Pode-se falar de uma hegemonia neoliberal contínua, porque as idéias estabeleceram os parâmetros da política econômica.

A chegada da grande crise do modelo econômico pós-guerra, em 1973, quando o mundo capitalista avançado caiu em grande recessão, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, mudara as idéias neoliberais que passaram a ganhar terreno contra o poder decisivo dos sindicatos, isto é, do movimento operário com pressões reivindicatórias sobre salários e sobre o Estado, que deveria aumentar os gastos sociais.

Com isso, os lucros das empresas abaixaram, desencadeando processos estagnadores que levaram a uma crise da economia de mercado. A solução seria romper o poder dos sindicatos e dos gastos sociais, visando a uma estabilidade monetária.

O Neoliberalismo surgiu, então como forte reação teórica e política contra o Estado Keynesiano. Constituiu-se na principal força estrutural do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social.

Os neoliberais, considerando essa interferência como principal crise do sistema capitalista de produção, começaram a atacar qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado. Denunciaram tal limitação como uma grande ameaça à liberdade econômica e política. Voltaram a defender a tese de que o mercado seria a única instituição capaz de coordenar racionalmente os problemas sociais, fossem eles de natureza econômica ou política. Sob este aspecto, a grande preocupação da teoria neoliberal seria mostrar ser o mercado o único mecanismo que poderia estruturar e coordenar as decisões de produção e investimento.

A mudança estrutural envolve a importância dos mercados versus empresas, devido à concorrência internacional, mas o papel da empresa dominante tem declinado junto aos poderes do mercado individual.

A economia de mercado é incompatível com a intervenção do Estado sob a forma de planejamento total ou de corporativismos, mas necessita da mão forte do Estado no que diz respeito à manutenção da lei e da ordem.

---

<sup>7</sup> LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral*. p. 336.

A própria política neoliberal não significa diminuição da intervenção do Estado, mas do redirecionamento que reforça as desigualdades e as contradições sociais. O poder do Estado de regular sua economia também tem declinado em função do surgimento de um mercado individual.

Essa ideologia questiona o tamanho da estrutura e do caráter intervencionista do Estado na sociedade, mas justifica-se alegando que o mesmo deve reduzir os gastos públicos alocados ao bem-estar e privatizar o financiamento e a produção de serviços.

Mesmo que o Neoliberalismo tenha surgido como reação voltada para o Estado intervencionista e de bem-estar, ele nasceu como um fenômeno mundial. A adoção de políticas neoliberais como programas de governo está associadas às condições políticas partidárias, ou seja, não tem ocorrido simultaneamente nem seguido a mesma trajetória e o mesmo ritmo nos diversos países.

O Neoliberalismo proposto por Thatcher, no Reino Unido, e por Reagan, nos Estados Unidos, constituem-se em um projeto que vem ganhando poder político e um número significativo de posições administrativas.

No caso do período neoliberal do Governo Thatcher, não houve redução e intervenção em termos de gastos. Ocorreram mudanças na economia estatal visando atingir benefícios previdenciários.

Os modelos neoliberais contribuíram para moderar o excesso de intervencionismo e suas conseqüências, fazendo oposição aos críticos do modelo do Estado Liberal.

## CAPÍTULO III

### O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Indústria, em sentido amplo, é qualquer atividade produtiva que, transformando matérias-primas, elabora produtos úteis ao homem. Neste sentido forma o setor que o economista e sociólogo Colin Clark chamou, no livro "As Condições do Progresso Econômico Secundário, distinto do primário, constituído por atividades extrativas ou pela lavoura e pecuária, ainda baseadas fundamentalmente em forças naturais. Neste sentido nota, a indústria surgiu com o próprio homem, desde o instante em que fabricou os primeiros utensílios.

Como pode-se verificar a indústria foi durante muitos anos artesanal. Com a revolução técnica que deu origem a forma mecanizada moderna de produção tornou-se possível passar em seguida a uma remodelação profunda dos transportes, das comunicações, da pecuária e até dos sistemas de defesa nacional. A indústria se converteu no fator decisivo imprescindível à expansão econômica e à modernização de qualquer país.

A industrialização brasileira se processou, assim, de início, através de surtos descontínuos, como os que precederam e acompanharam a Primeira Grande Guerra. O Brasil, já contava com uma razoável indústria de bens de consumo não-duráveis quando irrompeu na economia capitalista mundial a grande crise de 1929 e, no Brasil, as bases sociais do Estado foram principalmente alteradas com o movimento revolucionário de 1930.

A Constituição de 1934 tentou adaptar o sistema tributário a essa nova realidade, criando o imposto sobre vendas e consignações. Pressionadas pelas empresas estatais e pelos monopólios internacionais, os grupos brasileiros mais poderosos tiveram também que fazer todos os esforços para crescer ou associar-se rapidamente, sob pena de não sobreviverem. Os efeitos de uma cultura industrial assim rapidamente monopolizada logo se fariam sentir nas taxas extraordinárias de lucros, nas manipulações de preços, nas pressões inflacionárias.

Acrescente-se que, nos casos de industrialização capitalista tradicional, a indústria se formou a partir de formas artesanais e poucos eficientes de produção, substituídos por formas fabris num processo em que a tecnologia científica foi sendo criada e difundida de forma gradual, em correspondência e de mão-de-obra e de acordo com o alargamento e a diferenciação progressivas do mercado interno.

Como a inflação se tornou uma preocupação da economia brasileira a moeda cedeu a instabilidade das grandes negociações. O Neoliberalismo opera por exclusão, pela polarização de privilegiados bolsões e de misérias, pela destruição dos direitos sociais e políticos, pois no Brasil não possui o Estado de bem-estar social, o que domina é a República Oligárquica a serviço dos interesses de uma classe social. Não há busca de realização para toda a sociedade, mas sim o que interessa em primórdios a tal classe. Portanto, é necessário que haja no Brasil uma reforma do Estado.

Da forma que o ser humano é, levado pelo egoísmo pelo impulso e ambições que o faz conseguir melhores oportunidades de ganhos que lute com oportunidade do trabalho. Ao visar o lucro ele se sente mais realizado em suas necessidades individuais. Portanto nem por isso se deve organizar uma sociedade com base no egoísmo e por ambição. Seria bom se brasileiros e todos os seres humanos se conscientizassem que é necessário visar mas a carência de humanização, isto é bem maior que a falta de recursos financeiros.

Se o homem depende do lucro para sobreviver, mas nem só desse lucro ele satisfará todas as suas carências, ao analisar bem é bom lembrar que homem está muito concentrado no mercado de trabalho e quase sempre desconcentra-o de si mesmo e não vive, nem mesmo sente prazer pelo que está fazendo.

As altas taxas de juros, a redução dos gastos do governo e a imobilização de quantidade de moedas dificultam o crescimento por encarecerem o investimento sobretudo das empresas que dependem do crédito. A renda per-capita está implícita dentro de regiões a qual a população só cresce se a renda estiver compatível à movimentação do capital o qual é mau distribuído entre a sociedade brasileira.

O que pode-se ver é que o Neoliberalismo não alcançou grau de êxito como propunham seus defensores, mas também não é tão desastroso como afirmam os críticos. O homem está preso no preço e só é livre na medida que o preço é livre. Se os preços se tornarem livres, o homem também se libertará, isto é, na visão neoliberal.

## CONCLUSÃO

A política neoliberal não diminui a intervenção do Estado. Verifica-se que quando alguns países eliminaram as barreiras para o fluxo de capitais de forma rápida, foi um desastre. Com isso os investimentos especulativos passaram a entrar e sair sem muitas restrições. Esse foi o caso de alguns países asiáticos e, de certa forma, também do Brasil na década de 90. Um exemplo desse ajuste, O Consenso de Washington, não pensava nisso, num Estado mínimo, nem numa política monetarista.

Pode-se verificar que o Liberalismo derrubou o Iluminismo: preocupava-se em sistematizar a análise econômica como a demonstração e a criação de leis, nesse sentido formando uma economia moderna. Para os fisiocratas, que eram contra o mercantilismo, isso provocava um entrave na ordem econômica.

O Liberalismo trouxe mudanças radicais a este sistema. As idéias políticas liberais têm como pano de fundo a luta contra as monarquias absolutas pelo direito divino dos reis, derivadas da concepção teocrática do poder. O Liberalismo consolidou-se com os acontecimentos de 1789 na França, isto é, a Revolução Francesa que derrubou o Antigo Regime.

Como pode-se notar o Estado Liberal julgava inconcebível que um não-proprietário pudesse ocupar um cargo de representante um dos três poderes. Ao afirmar que os cidadãos eram os homens livres e independentes, queriam dizer com isso que eram dependentes e não livres os que não possuíssem propriedade privada. Eram excluídos do poder político.

A divisão social e política, é a forma de uma polarização entre um alto opressor e um baixo oprimido. A percepção do alto opressor pelo baixo oprimido como um poder que não é natural nem necessário, mas resultado de uma ação humana e, como tal pode ser derrubado e reconstruído de outra maneira, a compreensão de que os agentes sociais são sujeitos políticos e, como tais, dotados de direitos. A consciência dos direitos faz com que os sujeitos sociopolíticos exijam reconhecimento e garantia de seus direitos pela sociedade e pelo poder político.

## BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

BARSA – Enciclopédia Britânica do Brasil.

CHEVALIER, Jean-Jacques. **As Grandes Obras Políticas de Maquiável**.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**.

RETRATO DO BRASIL. Política Editora.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997.